

O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE¹**PARTE I A II****EL 18 BRUMARIO DE LUIS BONA****PARTE I A II****THE 18 OF LOUIS BONAPARTE BRUMAIRE****PART I TO II**

Karl Marx

Resumo: "Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, condenado por uns com gritos de indignação moral e aceite por outros como tábuas de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus extravios, mas contemplado por todos com assombro e por ninguém entendido, imediatamente depois deste acontecimento Marx surgiu com uma exposição breve, epigramática, em que se explicava a sua conexão interna toda a marcha da história francesa desde as jornadas de Fevereiro, se reduzia o milagre de 2 de Dezembro a um resultado natural e necessário desta conexão, e não era necessário tratar o herói do golpe de Estado a não ser com o desprezo que plenamente tinha merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que cada oca revelação tornada pública desde então nada mais fez do que fornecer novas provas de quão fielmente ele reflecte a realidade. Esta iminente compreensão da história viva do dia-a-dia, esta penetração clara os acontecimentos, o próprio momento em que se produzem é, de facto, exemplar. [...]"²

Palavras-Chave: Conjuntura; Golpe de Estado; Bonaparte, Luis.

Resumen: "Imediatamente después del evento que sorprendió a todo el mundo de la política como un rayo despejado desde un cielo sereno, condenado por algunos con indignación moral de gritos y aceptado por otros como tabla de salvación contra la revolución y, como castigo por su pérdida, pero cubierto por todos con asombro y nadie entiende, inmediatamente después de este evento Marx se le ocurrió una breve declaración, epigramática, en la que explicaba su conexión interna todo el curso de la historia de Francia desde los días de febrero, se redujo el milagro de 2 de diciembre a un resultado natural y necesario en este sentido, y que no era necesario para tratar al héroe del golpe, excepto con el desprecio que fue totalmente merecida. Y la imagen se dibuja con tal maestría que cada hueco hizo la revelación pública desde que lo hizo entonces nada más que proporcionar nueva evidencia de la fidelidad con que refleja la realidad. Esta comprensión inminente de la historia viva del día a día, esta penetración blanquea aclara eventos, el mismo momento en que se producen de hecho es ejemplar. [...]"

Palabras clave: Coyuntura, Golpe de estado, Bonaparte, Luis.

Summary: "Immediately after the event that surprised the whole political world like a thunderbolt from a clear sky, condemned by some with moral outrage of screams and accepted by others as lifeline against the revolution and as punishment for their loss, but covered by all with astonishment and no one understood, immediately after this event Marx came up with a brief statement, epigrammatic, in which it explained its internal connection the whole course of French history since the February days, was reduced the miracle of December 2 to a result natural and necessary in this connection, and it was not necessary to treat the hero of the coup except with the contempt that was fully deserved. And the picture was drawn with such mastery that each hollow made public revelation since then did nothing more than provide new evidence of how faithfully it reflected reality. This impending understanding of the living history of the day-to-day, this light penetration lightens events, the very moment that produce it is indeed exemplary [...]"

Keywords: Conjuncture, Coup, Bonaparte, Luis.:

*Prefácio de Karl Marx à Segunda Edição de 1869 de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*³

O meu amigo Joseph Weydemeyer⁴, morto prematuramente propunha-se editar em Nova Iorque a partir de 1 de Janeiro de 1852, um semanário político. Convidou-me a mandar-lhe para esse semanário a história do *coup d'état*⁵. Escrevi-lhe, pois, um artigo por semana, até meados de Fevereiro, sob o título de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Entretanto, o plano primitivo de Weydemeyer⁶ fracassou. Em contrapartida, começou a publicar a Primavera de 1852 uma revista mensal *Die Revolution*, cujo primeiro caderno era composto pelo meu 18 de Brumário. Algumas centenas de exemplares deste caderno partiram a caminho da Alemanha, mas sem chegar a entrar no comércio de livros propriamente dito. Um livreiro alemão que tem a pretensão de ser tremendamente radical, a quem propus que se encarregasse da venda rejeitou com verdadeira indignação moral tão “inoportuna pretensão”.

Como se vê por estes dados, a presente obra nasceu sob o impulso imediato dos acontecimentos, e o seu material histórico não ultrapassa o mês de Fevereiro (de 1852). A actual reedição deve-se, em parte, à procura da obra no mercado livreiro, e, em parte, a instâncias dos meus amigos da Alemanha⁷.

Entre as obras que tratavam a mesma época do mesmo tema, apenas duas são dignas de menção: *Napoléon le petit*, de Victor Hugo⁸, e *Coup d'état*, de Proudhon.

Victor Hugo limita-se a amargas e engenhosas invectivas contra o editor responsável do golpe de Estado. Quanto ao próprio acontecimento, parece, a sua obra, um raio que caísse de um céu sereno. Não vê ele mais do que um acto de força de um só indivíduo. Não se apercebe que aquilo que faz é engrandecer este indivíduo em vez de o diminuir, ao atribuir-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo a história universal. Pela sua parte, Proudhon⁹ tenta apresentar o golpe de estado como resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Mas, as suas mãos, a construção histórica do golpe de Estado transforma-se uma apologia histórica do herói do golpe de Estado. Cai com isso o erro dos ossos pretensos historiadores *objectivos*. Eu, pelo contrário, demonstro como a *luta de classes* criou em França as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói.

Uma reelaboração da presente obra tê-la-ia privado do seu colorido particular. Por isso, limitei-me simplesmente a corrigir as gralhas e a riscar as alusões que hoje já Não seriam entendidas.

A frase final da minha obra: "Mas quando o mato imperial cair finalmente sobre os ombros de Louis Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão tombará do alto da Coluna de Vendôme¹⁰, já se realizou¹¹.

O coronel Charras¹² desencadeou a ofensiva contra o culto Napoleónico a sua obra sobre a campanha de 1815. A partir de então, e sobretudo estes últimos aos, a literatura francesa, com as armas da investigação histórica, da crítica, da sátira e do humor, deu o golpe de misericórdia a lenda de Napoleão. Fora de França, apreciou-se pouco e compreendeu-se ainda menos esta violenta ruptura com a fé tradicional do povo, esta formidável revolução espiritual.

Finalmente, confio em que a minha obra contribuirá para eliminar esse lugar-comum do chamado *cesarismo*, tão corrente, sobretudo actualmente, a Alemanha. esta superficial analogia histórica esquece-se o principal, nomeadamente que a antiga Roma, a luta de classes apenas se processava entre uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, formavam um pedestal puramente passivo para aqueles lutadores. Esquece-se a importante sentença de *Sismondi*¹³: o proletariado romano vivia à custa da sociedade, enquanto a moderna sociedade vive à custa do proletariado¹⁴. A diferença das condições materiais, económicas, da luta de classes antiga e moderna é tão completa que as suas criaturas políticas respectivas não podem ter mais semelhança umas com as outras que o arcebispo de Cantuária com o pontífice Samuel¹⁵.

Prefácio de Friedrich Engels à Terceira Edição Alemã de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte de Karl Marx¹⁶

O facto de se ter torado necessária uma nova edição de *O 18 de Brumário*, trinta e três anos depois da primeira publicação, demonstra que este pequeno escrito nada perdeu do seu valor.

E foi, na realidade, um trabalho genial. Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, condenado por uns com gritos de indignação moral e aceite por outros como tábuas de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus extravios, mas contemplado por todos com assombro e por ninguém entendido, imediatamente depois deste acontecimento Marx surgiu com uma exposição breve, epigramática, em que se explicava a sua conexão itera toda a marcha da história francesa desde as jornadas de Fevereiro, se reduzia o milagre de 2 de Dezembro¹⁷ a um resultado natural e necessário desta conexão, e não era necessário tratar o herói do golpe de Estado a não ser com o desprezo que tinha plenamente merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que cada nova revelação tornada pública desde então ada mais fez que fornecer novas provas de quão fielmente ele reflecte a realidade. Esta eminente compressão da história viva do dia-a-dia, esta penetração clara os acontecimentos, o próprio momento em que se produzem, é, de facto, sem exemplo.

Mas para isso era necessário possuir também o conhecimento tão exacto que Marx possuía da história francesa. A França é o país em que as lutas históricas de classes sempre foram levadas mais do que em nenhum outro lugar ao seu termo decisivo e onde, portanto, as formas políticas mutáveis dentro das quais se movem estas lutas de classes e as quais se assumem os seus resultados, adquirem os contornos mais acusados. Centro do feudalismo a Idade Média e país modelo da monarquia unitária de estados [ou ordens sociais – *standische*] desde o Renascimento¹⁸ a França demoliu o feudalismo a grande revolução e fundou a dominação pura da burguesia sob uma forma clássica como nenhum outro país da Europa. Também a luta do proletariado cada vez mais vigoroso contra a burguesia dominante reveste aqui uma forma aguda, desconhecida outras partes. Esta foi a razão por que Marx não só estudava com especial predilecção a história passada francesa, mas também seguia em todos os seus pormenores a história em

curso, reunindo os materiais para os empregar posteriormente, e portanto nunca se via surpreendido pelos acontecimentos.

Mas a isto veio acrescentar-se outra circunstância. Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, o religioso, o filosófico ou outro terreno ideológico qualquer, não são, a realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais, e que a existência destas classes, e portanto também as colisões entre elas, são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua situação económica, pelo carácter e pelo modo da sua produção e da sua troca, condicionada por estes. Foi também esta lei, que tem para a história o mesmo significado que a lei da transformação da energia para a Ciência da Natureza, que lhe deu aqui a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa¹⁹. Esta história serviu-lhe para pôr à prova a sua lei, e mesmo trinta e três anos depois, temos ainda que dizer que esta prova foi brilhantemente passada.

O 18 de Brumário de Louis Bonaparte

Capítulo I

Hegel²⁰ observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière²¹ por Danton²², Louis Blanc²³ por Robespierre²⁴, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795²⁵, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário!²⁶

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero²⁷ adotou a máscara do apóstolo Paulo²⁸, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua o emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela. O exame dessas conjurações de mortos da história do mundo revela de pronto uma diferença marcante. Camille Desmoulin²⁹, Danton, Robespierre, Saint-Just³⁰,

Napoleão³¹, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade *burguesa*, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da ação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, a medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e natural no continente europeu. Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram, e com eles a Roma ressurrecta – os Brutus³², os Gracos³³, os Públicolas³⁴, os tribunos, os senadores e o próprio César³⁵. A sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes os Says³⁶, Cousins³⁷, Royer-Collards³⁸, Benjamin Constants³⁹ e Guizots⁴⁰; seus verdadeiros chefes militares sentavam-se atrás das mesas de trabalho e o cérebro de toucinho de Luís XVIII⁴¹ era a sua cabeça política. Inteiramente absorva a produção de riqueza e a concorrência pacífica, a sociedade burguesa não mais se apercebia de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço. Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. E nas tradições classicamente austeras da república romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica. Do mesmo modo, em outro estágio de desenvolvimento, um século antes, Cromwell⁴² e o povo inglês haviam tomado emprestado a linguagem, as paixões e as ilusões do Velho Testamento para sua revolução burguesa. Uma vez alcançado o objetivo real, uma vez realizada a transformação burguesa da sociedade inglesa, Locke⁴³ suplantou Habacuc⁴⁴. A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez. De 1848 a 1851 o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos: desde Marrast⁴⁵, o *républicain en gants jaunes*⁴⁶, que se disfarça no velho Bailly⁴⁷, até o aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão. Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam defeitos na poeira dos tempos. A ação se sente como aquele inglês louco de Bedlam⁴⁸ vivendo a época dos antigos faraós e lamentando-se diariamente do trabalho pesado que deve executar como garimpeiro as minas de ouro da Etiópia, emparedado na prisão subterrânea, uma lâmpada de luz mortífera presa à testa, o feitor dos escravos atrás dele com um longo chicote, e as saídas a massa confusa de mercenários bárbaros, que não compreendem nem aos forçados das minas e nem se entendem

entre si, pois não falam uma língua comum. "E me impuseram tudo isto" - suspira o louco - "a mim, um cidadão inglês livre, para que produza ouro para os faraós!" "Para que pague as dívidas da família Bonaparte" - suspira a nação francesa. O inglês, enquanto esteve em seu juízo perfeito, não podia livrar-se da idéia fixa de conseguir ouro. Os franceses, enquanto estiveram empenhados em uma revolução, não podiam livrar-se da memória de Napoleão, como provaram as eleições de 10 de dezembro⁴⁹. Diante dos perigos da revolução, ansiavam por voltar à abundância do Egito⁵⁰; e o 2 de Dezembro de 1851 foi a resposta. Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, como geraram o próprio velho Napoleão caricaturado, tal como deve aparecer necessariamente em meados do século XIX. A revolução social do século XIX não ponde tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não ponde iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase. A Revolução de Fevereiro foi um ataque de surpresa, apanhando desprevenida a velha sociedade, e o povo proclamou esse golpe inesperado como um feito de importância mundial que introduzia uma nova época. A 2 de dezembro, a Revolução de Fevereiro é escamoteada pelo truque de um trapaceiro, e o que parece ter sido derrubado já não é a monarquia e sim as concessões liberais que lhe foram arrancadas através de séculos de luta. Longe de ser a própria sociedade que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o Estado que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina. Assim responde ao *coup de main*⁵¹ de fevereiro de 1848 o *coup de tête*⁵² de dezembro de 1851. O que se ganha facilmente se entrega facilmente. O intervalo de tempo, porém, não passou sem proveito. Entre os anos de 1848 e 1851 a sociedade francesa supriu - e por um método abreviado, por ser revolucionário - estudos e conhecimentos que em um desenvolvimento regular, de lição em lição, por assim dizer, teriam tido que preceder a Revolução de Fevereiro se esta devesse constituir mais do que um estremecimento da superfície. A sociedade parece ter agora retrocedido para antes do seu ponto de partida; na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério. As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; longo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para reconhecê-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ate a magnitude infinita de seus

próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e a qual as próprias condições gritam:

Hic Rhodus, hic salta!
*Aqui está Rondes, salta aqui!*⁵³

Quanto ao resto, qualquer observador medianamente competente, mesmo que não tivesse seguido passo a passo a marcha dos acontecimentos na França, deve ter pressentido que a revolução estava fadada a um terrível fiasco. Bastava ouvir os jactaciosos latidos de vitória com que os senhores democratas se congratulavam pelas conseqüências milagrosas que esperavam dos acontecimentos do segundo [domingo do mês] de maio de 1852⁵⁴. O segundo domingo de maio de 1852 tornara-se em suas cabeças uma idéia fixa, um dogma, como a cabeça dos quiliastas⁵⁵ no dia em que Cristo deveria ressurgir e que assinalaria o começo da era milenar. Como sempre, a fraqueza se refugiara na crença nos milagres, imaginava o inimigo vencido, quando tinha sido afastada apenas em imaginação, e perdia toda compreensão do presente em uma glorificação passiva do que o futuro reservava e dos feitos que guardava *in petto*⁵⁶ mas que não considerava oportuno revelar ainda. Os heróis que procuram refutar sua comprovada incapacidade oferecendo-se apoio mútuo e reunindo-se em um bloco haviam amarrado suas trouxas, recolhido suas coroas de louros adquiridas a crédito e estavam nesse momento empenhados em descontar o mercado de letras de cambio as repúblicas *in partibus*⁵⁷ para as quais já tinham, o silêncio de suas almas modestas, providentemente organizado o corpo governamental. O 2 de Dezembro os surpreendeu como um raio em céu azul e os povos que, em períodos de depressão pusilânime, deixam de boa vontade sua apreensão anterior ser afogada pelos que gritam mais alto, terão talvez se convencido de que já se foi o tempo em que o grasnar dos gansos podia salvar o Capitólio⁵⁸.

A Constituição, a Assembléia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis e vermelhos, os heróis da África⁵⁹, o trovão vibrado da tribuna, a cortina de relâmpagos da imprensa diária, toda a literatura, os políticos de renome e os intelectuais de prestígio, o código civil e o código penal, a *liberte, égalité, fraternité*⁶⁰ e no segundo domingo de maio de 1852 - tudo desaparecera como uma fantasmagoria diante da magia de um homem no qual nem seus inimigos reconhecem um mágico. O sufrágio universal parece ter sobrevivido apenas por um momento, a fim de fazer, de próprio punho, o seu último testamento perante os olhos do mundo inteiro e declarar em nome do próprio povo: Tudo o que existe merece perecer⁶¹.

Não é suficiente dizer, como fazem os franceses, que a nação fora tomada de surpresa. Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as ponde violar. O enigma não é solucionado por tais jogos de palavras; é apenas formulado de maneira diferente. Não se conseguiu explicar ainda como uma ação de 36 milhões de habitantes pôde ser surpreendida e entregue sem resistência ao cativo por três cavalheiros de indústria.

Recapitemos em linhas gerais as fases que atravessou a revolução francesa de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851.

Três períodos principais se destacam: *o período de fevereiro*; de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, *o período da Constituição da República*, ou da *Assembléia Nacional Constituinte*; de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, *o período da República Constitucional* ou da *Assembléia Nacional Legislativa*.

O *primeiro período*, de 24 de fevereiro - data da queda de Louis-Philippe⁶² – até 4 de maio de 1848 - data da instalação da Assembléia Constituinte ou seja, o período de fevereiro propriamente dito, pode ser chamado o *prólogo* da revolução. Seu caráter foi oficialmente expressado pelo fato de que o governo por ele improvisado apresentou-se como um governo provisório e, assim como o governo, tudo que era proposto, tentado ou enunciado durante esse período era proclamado apenas provisório. Nada e ninguém se atrevia a reclamar para si o direito de existência ou de ação real. Todos os elementos que haviam preparado ou feito a revolução - a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas - encontram provisoriamente seu lugar no governo de fevereiro.

Não podia ser de outra maneira. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando estalou o conflito de verdade, porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional⁶³ manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas a mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma república social. Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna, conteúdo esse que estava a mais singular contradição com tudo que, com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dadas as circunstâncias e condições existentes, podia ser imediatamente realizado a prática. Por outro lado, as pretensões de todos os demais elementos que haviam colaborado a Revolução de Fevereiro foram reconhecidas a parte de leão que obtiveram o governo. Em nenhum período, portanto, encontramos uma mistura mais confusa de frases altissonantes e efetiva incerteza e imperícia, aspirações mais entusiastas de inovação e um domínio mais arraigado da velha rotina, maior harmonia aparente em toda a sociedade e mais profunda discordância [Etfremdu] entre seus elementos. Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ate a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da ação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho⁶⁴ caíram por terra.

O segundo período, de 4 de maio de 1848 até fins de maio de 1849, é o período da *Constituição, da fundação da república burguesa*. Imediatamente após as jornadas de fevereiro não só viu-se a oposição dinástica surpreendida pelos republicanos, e estes pelos socialistas, como toda a França foi surpreendida por Paris. A Assembléia Nacional, que se reunira a 4 de maio de 1848, sendo o resultado de eleições nacionais, representava a ação. Era um protesto vivo contra as presunçosas pretensões das jornadas de fevereiro e devia reduzir os resultados da revolução à escala burguesa. O proletariado de Paris, que

compreendeu imediatamente o caráter dessa Assembléia Nacional, tentou em vão, a 15 de maio⁶⁵, poucos dias depois de sua instalação, anular pela força a sua existência, dissolvê-la, desintegrar novamente em suas partes componentes, o organismo por meio do qual o ameaçava o espírito reacionário da ação. Como se sabe, o 15 de Maio não teve outro resultado senão o de afastar Blanqui⁶⁶ e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública durante todo o ciclo que estamos considerado. À *monarquia burguesa* de Luís Filipe só ponde suceder uma república burguesa, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, toda a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro. A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a *Insurreição de junho*⁶⁷, o acontecimento de maior envergadura a história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média [Mittelstad], a pequena burguesia, o exército, o lúmpe proletariado organizado em Guarda Móvel⁶⁸, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária. Tenta readquirir o terreno perdido em todas as oportunidades que se apresentam, sempre que o movimento parece ganhar novo impulso, mas com uma energia cada vez menor e com resultados sempre menores. Sempre que uma das camadas sociais superiores entra em efervescência revolucionária o proletariado alia-se a ela e, conseqüentemente, participa de todas as derrotas sofridas pelos diversos partidos, umas depois das outras. Mas esses golpes sucessivos perdem sua intensidade à medida que aumenta a superfície da sociedade sobre a qual são distribuídos. Os dirigentes mais importantes do proletariado a Assembléia e a imprensa caem sucessivamente, vítima dos tribunais, e figuras cada vez mais equívocas assumem a sua direção. Laça-se em parte a *experiências doutrinárias, bacos de intercâmbio e associações operárias, ou seja, a um movimento o qual renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta, pelo contrário, alcançar sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, tem por força que frucassar*. Parece incapaz de descobrir novamente em si a grandeza revolucionária ou de retirar novas energias os vínculos que criou, até que todas as classes contra as quais lutou em junho estão, elas próprias, prostradas ao seu lado. Mas pelo menos sucumbe com as horas de uma grande luta histórico-universal; não só a França mas toda a Europa treme diante do terremoto de junho, ao passo que as sucessivas derrotas das classes mais altas custam tão pouco que só o exagero descarado do partido vitorioso ponde fazê-las passar por acontecimentos, e são tanto mais ignominiosas quanto mais longe do proletariado está o partido derrotado.

A derrota dos insurretos de junho preparara e aplaiara, indubitavelmente, o terreno sobre a qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demonstrara ao mesmo tempo que a Europa as questões em foco não eram apenas de "república ou monarquia". Revelara que aqui república burguesa significava o despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras. Provara que em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma

consciência intelectual a qual todas as idéias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos - a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida, como por exemplo os Estados Unidos da América, onde, embora já existam classes, estas ainda não se fixaram, trocado ou permutado continuamente os elementos que as constituem em um fluxo contínuo, onde os modernos meios de produção, em vez de coincidir com uma superpopulação crônica, compensam, pelo contrário, a relativa escassez de cabeças e de braços, e onde, finalmente, o febril movimento juvenil da produção material, que tem um novo mundo para conquistar, não deixou em tempo em oportunidade de abolir a velha ordem de coisas.

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Tinham "salvo" a sociedade dos "*inimigos da sociedade*". Tinham dado como senhas a seus exércitos as palavras de ordem da velha sociedade - "*propriedade, família, religião, ordem* - e proclamado aos cruzados da contra-revolução: "Sob este signo Vencerás"⁶⁹ A partir desse instante, tão longo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe até o grito: "Propriedade, família religião, ordem." A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um "atentado à sociedade" e estigmatizada como "socialismo". E, finalmente, os próprios pontífices da "religião e da ordem" são derrubados a pontapés de seus tripodes píticos⁷⁰, arrancados de seus leitos na calada da noite, atirados em carros celulares, lançados em masmorras ou mandados para o exílio; seu templo é totalmente arrasado, suas bocas traçadas, suas pernas quebradas, sua lei reduzida a frangalhos em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Os burgueses fanáticos pela ordem são mortos a tiros as sacadas de suas janelas por bandos de soldados embriagados, a santidade dos seus lares é profanada, e suas casas são bombardeadas como diversão em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. Finalmente, a ralé da sociedade burguesa constitui a *sagrada falange da ordem* e o herói Krapülinski⁷¹ se instala as Tulherias como o "*salvador da sociedade*".

Capítulo II

Retomemos o fio dos acontecimentos.

A história da *Assembléia Nacional* Constituinte a partir das jornadas de junho é a *história do domínio e da desagregação da fração republicana da burguesia*, da fração conhecida pelos nomes de republicanos tricolores, republicanos puros, republicanos políticos, republicanos formalistas etc.

Sob a monarquia burguesa de Luís Filipe⁷² essa fração formara a *oposição republicana oficial* e era, conseqüentemente, parte integrante reconhecida do mundo político de então. Tinha seus representantes nas Câmaras e uma considerável esfera de ação na imprensa. Seu órgão parisiense, *Le National*⁷³, era

considerado tão respeitável, em seu gênero, como o *Journal des Débats*⁷⁴. Seu caráter correspondia à posição que ocupava sob a monarquia Constitucional. Não era uma fração da burguesia unida por grandes interesses comuns e destacadas das outras por condições específicas de produção. Era um grupo de burgueses de idéias republicanas - escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Filipe, à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e sobretudo ao *Nacionalismo francês*, cujo ódio aos Tratados de Viena⁷⁵ e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente. Grande parte dos partidários com que contava o *National* durante o governo de Luís Filipe eram devidos a esse imperialismo⁷⁶ camuflado, que pôde conseqüentemente enfrentá-lo mais tarde, durante a república, como um inimigo mortal a pessoa de Luís Bonaparte⁷⁷. Combatia a aristocracia financeira da mesma forma que todo o resto da oposição burguesa. As polêmicas contra o orçamento, que estavam, na França, estreitamente ligadas à luta contra a aristocracia financeira, proporcionavam uma popularidade demasiado barata e material para *leading articles*⁷⁸ demasiado abundante para não ser explorado. A burguesia industrial estava-lhe agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que o interesse da economia Nacional; a burguesia, como um todo, estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo. Quanto ao mais, o partido do *National* era *puramente republicano*, ou seja, exigia que a dominação burguesa adotasse formas republicanas ao invés de monárquicas e, principalmente, exigia a parte do leão nesse domínio. Relativamente às condições dessa transformação não tinha um plano claro de ação. O que, pelo contrário, parecia-lhe claro como a luz do dia e era publicamente admitido os banquetes reformistas dos últimos tempos do reinado de Luís Filipe era a sua impopularidade entre os democratas pequenos burgueses e, em particular, perante o proletariado revolucionário. Esses republicanos puros - os republicanos puros são assim - estavam já a ponto de se contentar no momento com a regência da Duquesa de Orléans, quando irrompeu a Revolução de Fevereiro e seus representantes mais conhecidos foram apontados para postos no Governo Provisório. Desde o início contavam, antítese, com o apoio da burguesia e com a maioria na Assembléia Nacional Constituinte, elementos *socialistas* do Governo Provisório foram imediatamente excluídos da Comissão Executiva formada pela Assembléia Nacional por ocasião de sua instalação, e o partido do *National* aproveitou a deflagração da insurreição de junho para dissolver também a *Comissão Executiva*, e livrar-se assim de seus rivais mais próximos, os republicanos pequenos burgueses ou republicanos democratas (Ledru-Rollin etc.). Cavaignac⁷⁹ o general do partido republicano burguês que comandara a batalha de junho, tomou o lugar da Comissão Executiva, com poderes quase ditatoriais. Marrast, ex-redator-chefe do *National*, tornou-se o presidente perpétuo da Assembléia Nacional Constituinte, e os ministérios, bem como todos os demais postos importantes, caíram em mãos dos republicanos puros.

A fração republicano-burguesa, que há muito se considerava a herdeira legítima da monarquia de julho, viu assim excedidas suas mais caras esperanças; alcançou o poder, não, porém, como sonhara, sob o governo de Luís Filipe, através de uma revolta liberal da burguesia contra o trono, e sim através de um levante do proletariado contra o capital, levante esse que foi sufocado a tiros de canhão. O que

imaginara como o acontecimento mais contra-revolucionário. O fruto caiu-lhe as mãos, mas caído da árvore do conhecimento e não da árvore da vida.

O domínio exclusivo dos *republicanos burgueses* durou apenas de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848. Resumiu-se na elaboração da *Constituição republicana e a proclamação do estado de sítio em Paris*.

A nova *Constituição* era, no fundo, apenas a reedição, em forma republicana, da Carta Constitucional de 1830. O limitado cadastro eleitoral da monarquia de julho, que excluía do domínio político mesmo uma grande parte da burguesia, era incompatível com a existência da república burguesa. Em vez dessas restrições, a Revolução de Fevereiro proclamara imediatamente o sufrágio universal e direto. Os republicanos burgueses não puderam desfazer esse ato. Tiveram que contentar-se com acrescentar uma cláusula instituindo a obrigatoriedade de pelo menos seis meses de residência no distrito eleitoral. A velha organização da administração, do sistema (comunitário) municipal, do sistema jurídico, militar etc., permaneceu intacta ou, onde foi modificada pela Constituição, a modificação atingia o rótulo, não o conteúdo, o nome, não a coisa em si.

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação de reunião, de educação, de religião etc., receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Com efeito, cada uma dessas liberdades é proclamada como direito absoluto do cidadão francês, mas sempre acompanhada da restrição à margem, o sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos "*direitos iguais dos outros* e pela *segurança pública*" ou por "leis" destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Por exemplo: "Os cidadãos gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar suas opiniões, quer pela imprensa ou por qualquer outro modo. *O gozo desses direitos não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública.* (Capítulo II, § 8, da Constituição Francesa.) "O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado." (Ibidem, § 9.) "O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, *exceto* as condições prescritas a lei." (Capítulo II, § 3.) Etc. etc. A Constituição, por conseguinte, refere-se constantemente a futuras leis *orgânicas* que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas de maneira que não colidam nem entre si nem com a segurança pública. E mais tarde essas leis orgânicas foram promulgadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal maneira que a burguesia no gozo delas, se encontra livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes. Onde são vedadas inteiramente essas liberdades "aos outros" ou permitido o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito sempre apenas o interesse da "segurança pública", isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Como resultado, ambos os lados invocam devidamente, e com pleno direito, a Constituição: os amigos da ordem, que ab-rogam todas essas liberdades, e os democratas, que as reivindicam. Pois cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, isto é, liberdade a frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem. Assim, desde que o nome da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva - de acordo com

a lei, antítese - a existência Constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência a vida real.

Esta Constituição, tornada inviolável de maneira tão engenhosa, era, contudo, como Aquiles⁸⁰, vulnerável em um ponto; não no calcanhar, mas na cabeça, ou por outra, as duas cabeças em que se constituiu: de um lado, a *Assemblée Législative*, de outro, o *Presidente*. Um exame da Constituição revelará que só os parágrafos onde é definida a relação do Presidente com a Assembléia Legislativa são absolutos, positivos, não contraditórios, e sem tergiversação possível. Pois os republicanos burgueses tratavam, aqui, de garantir sua posição. Os parágrafos 45 a 70 da Constituição acham-se redigidos de tal maneira que a Assembléia Nacional tem poderes constitucionais para afastar o Presidente, ao passo que este só inconstitucionalmente pode dissolver a Assembléia Nacional, suprimindo a própria Constituição. Ela mesma provoca, portanto, a sua violenta destruição. Não só consagra a divisão dos poderes, tal como na Carta de 1830, como a amplia a ponto de transformá-la em uma contradição insustentável. O *jogo dos poderes constitucionais*, como Guizot denominava as contendas parlamentares entre o Poder Legislativo e o Executivo, é, a Constituição de 1848, constantemente jogado (*va banque* [vale a mesa]) *va-banquenot*. De um lado estão 750 representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; constituem uma Assembléia Nacional incontrolável, indissolúvel, indivisível, uma Assembléia Nacional que desfruta de onipotência legislativa, decide em última instância sobre as questões de guerra, de paz e tratados comerciais, possui, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocupa perpetuamente o prosclênio. Do outro lado está o Presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros independentemente da Assembléia Nacional, com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, distribuindo todos os postos e dispondo, assim, a França, da existência de pelo menos um milhão e meio de pessoas, pois tantos são os que dependem das 500 mil autoridades e funcionários de todas as categorias. Tem atrás de si todo o poder das forças armadas. Goza do privilégio de conceder indulto individual aos criminosos, suspender a Guarda Nacional, destruir, com o beneplácito do Conselho de Estado, os conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. A iniciativa e a direção de todos os tratados com países estrangeiros são faculdades reservadas a ele. Enquanto a Assembléia permanece constantemente em cena exposta às críticas da opinião pública, o Presidente leva uma vida oculta os Campos Elíseos, com o Artigo 45 da Constituição diante dos olhos e gravado no coração, a gritar-lhe diariamente: *Frère, il faut mourir!*⁸¹ Teu poder cessa no segundo domingo do lindo mês de maio, o quarto ano após a tua eleição! Tua glória terminará então, a peça não é representada duas vezes, e se tens dívidas, cuida a tempo de saldá-las com os 600 mil fracos que a Constituição te concede, a menos que prefiras ser recolhido a Clichy a segunda-feira seguinte ao segundo domingo do lido mês de maio! - Assim, enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao Presidente, procura garantir para a Assembléia Nacional o poder moral. À parte o fato de que é impossível criar um poder moral mediante os parágrafos de uma lei, a Constituição mais uma vez se anula ao dispor que o Presidente seja eleito por todos os franceses, através do sufrágio direto. Enquanto os votos da França são divididos entre os 750 membros da Assembléia Nacional, são aqui, pelo contrário, concentrados em um único indivíduo.

Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos 750 candidatos, sem levar a devida consideração nem a causa nem o homem, ele é o eleito da ação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro aos. A Assembléia Nacional eleita está em relação metafísica com a ação ao passo que o Presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembléia Nacional exhibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito Nacional, enquanto o Presidente nesse espírito Nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembléia ele possui uma espécie de direito divino; é Presidente pela graça do povo.

Tétis⁸², a deusa do mar, profetizara a Aquiles que ele morreria na flor da juventude. A Constituição que, como Aquiles, tinha seu ponto fraco, tinha também como Aquiles o pressentimento de que morreria cedo. Bastava que os republicanos puros empenhados na elaboração da Constituição baixassem o olhar do paraíso de sua república ideal e olhassem este mundo profano, para perceberem como a arrogância dos monarquistas, dos bonapartistas, dos democratas, dos comunistas, bem como seu próprio descrédito, cresciam diariamente à medida que sua grande obra de arte legislativa chegava ao término, sem que para isso Tétis tivesse que sair do mar e vir comunicar-lhes o seu segredo. Tentaram fugir ao destino por meio de um dispositivo Constitucional, através do § 111, segundo o qual toda moção visando à *revisão da Constituição* tinha que ser apoiada pelo menos por três quartos dos votantes, em três debates sucessivos, entre os quais devia haver sempre um mês de intervalo, e que exigia ademais, que pelos menos 500 membros da Assembléia Nacional participassem da votação. Com isto fizeram apenas a tentativa desesperada de exercer, como minoria a que pro ...feticamente já se viam reduzidos - um poder que naquele momento, quando dispunham de maioria parlamentar e de todos os recursos da autoridade governamental, escapava-lhes dia a dia das mãos.

Finalmente a Constituição, em um parágrafo melodramático, se confia "à vigilância e ao patriotismo de todo o povo francês e de cada cidadão francês", depois de ter anteriormente confiado nos "vigilantes" e "patriotas", em um outro parágrafo, aos cuidados mais tenros e dedicados da Alta Corte de justiça, a Haute Court, expressamente criada para isso.

Esta era a Constituição de 1848, que a 2 de dezembro de 1851 não foi derrubada por uma cabeça, mas caiu por terra ao contato de um simples chapéu; esse chapéu, evidentemente, era um tricórnio napoleônico.

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham, a Assembléia, em criar, discutir e votar essa Constituição, fora da Assembléia Cavaignac mantinha *o estado de sítio em Paris*. O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subsequenteiramente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve de ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo. Os precursores dos "respeitáveis republicanos" haviam mandado seu símbolo, a bandeira tricolor, em uma excursão pela Europa. Eles próprios, por sua vez, produziram um invento que percorreu todo o Continente mas que retornava à França com amor sempre renovado, até que agora adquirira carta de

cidadania a metade de seus departamentos – *o estado de sítio*. Um invento esplêndido, empregado periodicamente em todas as crises ocorridas durante a Revolução Francesa. O quartel e o bivaque, porém, que eram assim postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa a fim de comprimir-lhe o cérebro e reduzi-la à passividade; o sabre e o mosquetão, aos quais era periodicamente permitido desempenhar o papel de juizes e administradores, de tutores e censores, brincar de polícia e servir de guarda-noturo; o bigode e o uniforme, periodicamente proclamados como sendo a mais alta expressão da sabedoria da sociedade e como seus guardiães – não deviam acabar forçosamente o quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme, tendo a idéia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertado completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma? O quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme tinham forçosamente que acabar tendo essa idéia, com tanto mais razão quanto poderiam então esperar também melhor recompensa por esses serviços mais importantes, ao passo que através de um mero estado de sítio periódico e de passageiros salvamentos da sociedade a pedido desta ou daquela fração burguesa, conseguiam pouca coisa de sólido, exceto alguns mortos e feridos e algumas caretas amigáveis por parte dos burgueses. Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de Sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas? Além disso, seja dito de passagem, é preciso não esquecer que o *Coronel Bernard*⁸³, o mesmo presidente da comissão militar que, sob Cavaignac, ajudara a deportar sem julgamento 15 mil insurretos, estava novamente à frente das comissões militares que atuavam em Paris.

Se, com o estado de sítio a capital francesa, os respeitáveis e puros republicanos plantaram o viveiro em que haviam de crescer os pretorianos do 2 de dezembro de 1851, são, por outro lado, dignos de louvor porque, em vez de exagerarem o sentimento Nacional, como foi o caso de Luís Filipe, agora que dispunham do poder Nacional, rastejavam diante dos países estrangeiros e, em vez de libertar a Itália, deixaram que fosse reconquistada pelos austríacos e napolitanos. A eleição de Luís Bonaparte como presidente, em 10 de dezembro de 1848, pôs fim à ditadura de Cavaignac e à Assembléia Constituinte.

O § 44 da Constituição declara: "O Presidente da República Francesa não deverá ter perdido nunca sua cidadania francesa." O primeiro presidente da República Francesa, Luís Bonaparte, tinha não só perdido sua cidadania francesa, não só fora um agente especial dos ingleses, mas era até naturalizado suíço.

Tratei em outra passagem do significado da eleição de 10 de dezembro. Não voltarei ao assunto aqui. Será suficiente observar que foi uma reação dos camponeses, que tinham tido que pagar as custas da Revolução de Fevereiro, contra as demais classes da ação, uma *reação do campo contra a cidade*. Esta reação encontrou grande apoio no exército, ao qual os republicanos do *National* não haviam dado nem glória nem remuneração adicional, entre a alta burguesia, que saudou Bonaparte como uma ponte para a monarquia, entre os proletários e pequenos burgueses, que o saudaram como um flagelo para Cavaignac. Terei oportunidade mais adiante de examinar mais detalhadamente a relação dos *camponeses* com a Revolução Francesa.

O período compreendido de 20 de dezembro de 1848 à dissolução da Assembléia Constituinte em maio de 1849, abrange a história do ocaso dos republicanos burgueses. Após terem fundado uma república para a burguesia, expulsado do campo de luta o proletariado revolucionário e reduzido momentaneamente ao silêncio a pequena burguesia democrática, são eles mesmos postos de lado pela massa da burguesia, que com justa razão reclama essa república como *sua propriedade*. Essa massa era, porém, *monárquica*. Parte dela, latifundiários, dominara durante a Restauração e era, portanto, *legitimista*⁸⁴. A outra parte, os aristocratas da finança e os grandes industriais, havia dominado durante a monarquia de julho e era, conseqüentemente, *orleanistas*. Os altos dignitários do exército, da universidade, da igreja, da justiça, da academia e da imprensa podiam ser encontrados dos dois lados, embora em proporções várias. Aqui, a república burguesa, que não ostentava nem o nome de *Bourbon* nem o nome de *Orléans*, e sim o nome de *Capital*, haviam encontrado a forma de governo a qual podiam governar *conjuntamente*. A insurreição de junho já os unira no "partido da ordem". Era agora necessário, em primeiro lugar, afastar o núcleo de republicanos burgueses que ocupavam ainda as cadeiras da Assembléia Nacional. Na mesma proporção em que esses republicanos puros haviam sido brutais em seu emprego da força física contra o povo, eram agora covardes, dissimulados, desanimados e incapazes, de lutar na hora da retirada, quando se tratava de assegurar seu republicanismo e seus direitos legislativos contra o Poder Executivo e os monarquistas. Não preciso relatar aqui a história ignominiosa de sua dissolução. Não sucumbiram; desapareceram. Sua história terminou para sempre, e tanto dentro como fora da Assembléia, figuram no período seguinte apenas como recordações, recordações que parecem reviver sempre que o mero nome república está novamente em causa e sempre que o conflito revolucionário ameaça descer ao nível mais baixo. Posso observar de passagem que o jornal que deu seu nome a esse partido, o *National*, foi convertido ao socialismo no período seguinte.

Ates de terminarmos com este período precisamos ainda lançar um olhar retrospectivo aos dois poderes, um dos quais aniquilou o outro a 2 de dezembro de 1848 até a dissolução da Assembléia Constituinte. Referimo-nos a Luís Bonaparte, de um lado, e ao partido dos monarquistas coligados, o partido da ordem, da alta burguesia, do outro. Ao ascender à presidência Bonaparte formou imediatamente um ministério com base no partido da ordem, à frente do qual colocou Odilon Barrot⁸⁵, o velho dirigente, *nota bene*, da fração mais liberal da burguesia parlamentar. O Sr. Barrot havia finalmente conseguido a pasta ministerial cujo espectro o perseguia desde 1830 e, melhor ainda, a chefia do ministério; não, todavia, como imaginara sob Luís Filipe, como o dirigente mais avançado da oposição parlamentar, mas sim com a tarefa de liquidar um Parlamento e como aliado dos seus piores inimigos, os jesuítas e os legitimistas. Trouxe finalmente a noiva para casa, mas só depois de prostituída. O próprio Bonaparte parecia ter-se apagado completamente. Esse partido agia por ele.

Longo a primeira reunião do conselho de ministros foi resolvida a expedição a Roma que, concordou-se, seria feita à revelia da Assembléia Nacional, da qual seriam arrancadas as verbas necessárias sob falsos pretextos. Assim, começaram burlando a Assembléia Nacional e conspirando secretamente com os poderes absolutistas do estrangeiro contra a república romana revolucionária. Foi do mesmo modo e

por meio das mesmas manobras que Bonaparte preparou o seu golpe do 2 de Dezembro contra o Legislativo realista e sua república Constitucional. É preciso não esquecer que o mesmo partido que formou o ministério de Bonaparte a 20 de dezembro de 1848 constituía a maioria da Assembléia Nacional Legislativa a 2 de dezembro de 1851.

Em agosto a Assembléia Constituinte decidira só dissolver-se depois de ter elaborado e promulgado toda uma série de leis orgânicas que deveriam complementar a Constituição. A 6 de janeiro de 1849 o partido da ordem fez com que um deputado de nome Rateau⁸⁶ apresentasse moção propondo que a Assembléia interrompesse a discussão das leis orgânicas e decidisse sobre sua *própria dissolução*. Não só o ministério, chefiado por Odilon Barrot, mas todos os membros monarquistas da Assembléia Nacional, indicaram esse momento, em termos imperiosos, que a dissolução era necessária para a restauração do crédito, para a consolidação da ordem, para pôr fim aos indefinidos arranjos provisórios e estabelecer uma situação definitiva; que a Assembléia impedia na atuação do novo governo e procurava prolongar sua existência apenas com intuítos malévolos; que o país estava farto dela. Bonaparte tomou nota de todas essas invectivas contra o Poder Legislativo, a 2 de dezembro de 1851 demonstrou aos parlamentares que havia aproveitado a lição. Voltou contra eles seus próprios argumentos.

O ministério Barrot e o partido da ordem foram mais longe. Fizeram com que de toda a França fossem dirigidas *petições à Assembléia Nacional*, as quais se requeria amavelmente que levantasse acampamento. Levaram, assim, as massas desorganizadas do povo à luta contra a Assembléia Nacional, expressão Constitucionalmente organizada do povo. Eles ensinaram Bonaparte a apelar para o povo contra as assembleias parlamentares. Finalmente, a 29 de janeiro de 1849, chegou o dia no qual a Assembléia Constituinte deveria decidir sua própria dissolução. Encontrou o edifício em que se realizavam suas sessões ocupado pelos militares; Changarnier⁸⁷, o general do partido da ordem, em cujas mãos se concentrava o comando supremo da Guarda Nacional e das tropas de linha, realizou em Paris uma grande revista de tropas, como se uma batalha estivesse iminente, e os monarquistas coligados declararam ameaçadoramente à Assembléia Constituinte que seria empregada a força caso ela se mostrasse pouco dócil. A Assembléia mostrou-se dócil e ganhou apenas o brevíssimo período adicional de vida que negociara. Que foi o 29 de janeiro senão o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, realizado desta vez pelos monarquistas juntamente com Bonaparte contra a Assembléia Nacional republicana? Esses senhores não perceberam, ou não quiseram perceber, que Bonaparte se valeu do 29 de janeiro de 1849 para fazer com que uma parte das tropas desfilasse diante dele as Tulherias e aproveitou avidamente essa primeira convocação do poder militar contra o poder parlamentar para evocar Calígula⁸⁸. Eles, naturalmente, viam apenas o seu Chagarier.

Um dos motivos que levaram especialmente o partido da ordem a encurtar pela força a duração da vida da Assembléia Constituinte foram as leis orgânicas suplementares à Constituição, tais como a lei do ensino, a lei sobre o culto religioso etc. Para os monarquistas coligados era da maior importância que eles próprios elaborassem essas leis, evitando que fossem feitas pelos republicanos que já se mostravam desconfiados. Entre essas leis orgânicas, entretanto, havia também uma lei regulamentando as

responsabilidades do presidente da República. Em 1851 a Assembléia Legislativa ocupava-se precisamente da redação dessa lei quando Bonaparte impediu esse golpe com o golpe de 2 de dezembro. Que não teriam dado os monarquistas coligados em sua campanha parlamentar de inverno de 1851 para terem à mão já pronta esta Lei Sobre a Responsabilidade Presidencial e elaborada, ademais, por uma Assembléia republicana desconfiada e hostil!

Depois que a Assembléia Constituinte havia ela própria desmantelado sua última arma a 29 de janeiro de 1849, o ministério Barrot e os amigos da ordem perseguiram-na até a morte, não deixaram por fazer nada que pudesse humilhá-la e arrancaram de sua desesperada debilidade leis que custaram o derradeiro resquício de respeito aos olhos do público. Bonaparte, ocupado com sua idéia fixa napoleônica, foi suficientemente atrevido para explorar publicamente essa degradação do poder parlamentar. Pois quando a 8 de maio de 1849 a Assembléia Nacional aprovou um voto de censura do ministério em vista da ocupação de Civitavecchia por Oudinot⁸⁹ e ordenou-lhe que reduzisse a expedição romana ao objetivo proposto, Bonaparte a mesma noite publicou no *Moniteur* uma carta a Oudinot, na qual se congratulava com ele por suas proezas heróicas e, em contraste com os escribas parlamentares, assumiu já a posse de generoso protetor do exército. Isto provocou sorrisos dos monarquistas que o consideravam apenas como enganado por eles. Finalmente, quando Marrast, o presidente da Assembléia Constituinte, acreditou por um momento que a segurança da Assembléia Nacional estava em perigo e, confiando na Constituição, requisitou um coronel com seu regimento, o coronel negou-se a atender, invocou a disciplina e recomendou que Marrast apelasse para Changarnier; este repeliu com desprezo o pedido, observando que não gostava de baionetas inteligentes. Em novembro de 1851 quando os monarquistas coligados quiseram iniciar a luta decisiva contra Bonaparte, tentaram introduzir por meio de seu célebre Projeto dos Questores o princípio da requisição direta de tropas pelo presidente da Assembléia Nacional. Um de seus generais, Le Flô⁹⁰, subscrevera o projeto. Em vão Changarnier votou a favor da proposta e Thiers⁹¹ rendeu homenagem à previdência da antiga Assembléia Constituinte. O *ministro da Guerra, Saint-Arnaud*⁹², respondeu-lhe como Changarnier respondera a Marrast⁹³ - o que lhe valeu a aclamação dá Montanha! Foi assim que o próprio partido da ordem, quando não constituía ainda a Assembléia Nacional, quando era ainda apenas o ministério, estigmatizou o *regime parlamentar*. E brada aos céus quando o 2 de Dezembro de 1851 banuiu esse regime da França!

Notas

¹ **Escrito em:** 1851-1852 **1ª Edição:** "Die Revolutio", Primavera de 1852. **Origem da presente transcrição:** gentilmente cedida pela redação de "O Vermelho" **Origem dos prefácios, notas e índices:** gentilmente cedidos por "Edições «Avante!»": "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. **HTML** por José Braz para Marxists Internet Archive, 2003. Reproduzido de: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte.** **I:** **Marxist** Internet Archives. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> Acesso em: 28.07.2016

² Friederich Engels, "Prefácio à 3ª Edição Alemã" de 1885.

³ **Escrito em:** Junho de 1869. **Publicado em:** 2ª edição da obra de Karl Marx O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, Hamburgo, Julho de 1869.

- ⁴ Weydemeyer, Joseph (1816-1866): personalidade do movimento operário americano e alemão, membro da Liga dos Comunistas, participou a revolução de 1848-1849 na Alemanha e a guerra civil dos Estados Unidos ao lado dos nortistas; iniciou a propagação do marxismo nos Estados Unidos; amigo e colaborador de Marx e Engels.
- ⁵ Em francês o texto: golpe de Estado. (nota da edição portuguesa.)
- ⁶ Comandante militar do distrito de Saint Louis durante a guerra civil na América do Norte.
- ⁷ O trabalho de Marx "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", escrito a base de uma análise concreta dos acontecimentos revolucionários em França em 1848-1851, é uma das obras mais importantes do marxismo. Neste trabalho foram desenvolvidas todas as teses fundamentais do materialismo histórico: a teoria da luta de classes e da revolução proletária, a doutrina do Estado e da ditadura do proletariado. Tem uma importância extraordinariamente grande na conclusão de Marx sobre a questão da atitude do proletariado em relação ao Estado burguês. "Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina - indica Marx -, em vez de a destruir." No trabalho "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" foi desenvolvida a questão do campesinato como aliado da classe operária a revolução iminente, explicado o papel dos partidos políticos na vida social e formulada uma caracterização profunda da essência do boapartismo.
- ⁸ Hugo, Victor (1802-1885): escritor francês, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa.
- ⁹ Proudhon, Pierre Joseph (1809-1865): publicista, economista e sociólogo francês, ideólogo da pequena burguesia, um dos fundadores do anarquismo; em 1848 foi deputado à Assembleia Constituinte.
- ¹⁰ A Coluna de Vendôme foi construída em 1806-1810 em Paris em memória das vitórias da França napoleónica; foi fundida com o bronze dos canhões inimigos e é encimada por uma estátua de Napoleão. Em 16 de Maio de 1871 a coluna de Vendôme foi derrubada por decisão da Comuna de Paris; em 1875 foi reconstruída pela reacção.
- ¹¹ Ver último parágrafo da presente transcrição.
- ¹² Charras, Jean Baptiste Adolphe (1810-1865): político e militar francês, republicano burguês modernizado; participou no esmagamento da insurreição de Junho de 1848 dos operários de Paris, actuou contra Luís Bonaparte; foi expulso de França.
- ¹³ Sismondi, Jean Charles Léonard Simonde de (1773-1842): economista suíço, crítico pequeno-burguês do capitalismo.
- ¹⁴ J. C. L. Simonde de Sismondi, *Études sur l'économie politique* (Estudos sobre a Economia Política, t. I, Paris, 1837, p. 35).
- ¹⁵ Samuel: segundo a lenda bíblica, profeta da antiga Judeia.
- ¹⁶ Prefácio de Friedrich Engels. **Escrito em:** 1885. **Publicado em:** Karl Marx, *Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, Hamburg, 1885. **Origem da presente transcrição:** gentilmente cedida por "Edições «Avante!»"; "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" (2ª Edição), Abril de 1984. **Tradução de:** José Barata-Moura e Eduardo Chitas. (Publicado segundo o texto do livro; Traduzido do alemão). **HTML** por José Braz para Marxists Internet Archive, 2004.
- ¹⁷ 2 de Dezembro de 1851: dia do golpe de Estado contra-revolucionário em França realizado por Luís Bonaparte e os seus partidários.
- ¹⁸ Renascimento: período do desenvolvimento cultural e ideológico de vários países da Europa ocidental e central, determinado pelo nascimento das relações capitalistas e que abarcou a segunda metade do século XV e o século XVI. O período do Renascimento é habitualmente relacionado com o pujante florescimento da arte e da ciência, com o despertar do interesse pela cultura do Mundo Antigo (donde provém a própria denominação do período).
- ¹⁹ A Segunda República existiu em França entre 1848 e 1852.
- ²⁰ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831): representante da filosofia clássica alemã, idealista objectivo.
- ²¹ Caussidière, Marc (1808-1861): democrata pequeno-burguês francês, participante na insurreição de Lião de 1834; de Fevereiro a Junho de 1848 foi prefeito da polícia de Paris, deputado à Assembleia Constituinte; em Junho de 1848 emigrou para a Inglaterra.
- ²² Dato, Georges Jacques (1759-1794): uma das personalidades da revolução burguesa francesa de fins do século XVIII, chefe da ala direita dos jacobinos.
- ²³ Blac, Louis (1811-1882): socialista e historiador pequeno-burguês francês; em 1848 foi membro do Governo provisório e presidente da Comissão do Luxemburgo; a partir de Agosto de 1848 foi um dos dirigentes da emigração pequeno-burguesa em Londres.
- ²⁴ Robespierre, Maximilien (1758-1794): personalidade da revolução francesa de fins do século XVIII, chefe dos jacobinos, chefe do governo revolucionário (1793-1794).
- ²⁵ A Motage (Montanha) de 1793-1795: grupo revolucionário democrático da Convenção durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII.
- ²⁶ Brumário: mês do calendário republicano francês. Em 18 de Brumário (9 de novembro) de 1799, Napoleão Bonaparte levou a cabo um golpe de Estado e estabeleceu uma ditadura militar. Por "segunda edição do 18 de Brumário" Marx entende o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.
- ²⁷ Lutero, Martinho (1483-1546): personalidade da Reforma, fundador do protestantismo (luteranismo) na Alemanha; ideólogo da pequena burguesia alemã.
- ²⁸ Paulo: segundo a lenda bíblica, um dos apóstolos cristãos.
- ²⁹ Desmoulins, Camille (1760-1794): publicista francês, personalidade da revolução burguesa de fins do século XVIII, jacobino de direita.
- ³⁰ Saint-Just, Louis Antoine (1767-1794): personalidade da revolução burguesa de fins do século XVIII, um dos chefes dos jacobinos.

- ³¹ Napoleão I, Bonaparte (1769-1821): imperador francês (1804-1814 e 1815). (retornar ao texto)
- Napoleão III (Luis Napoleão Bonaparte) (1808-1873): sobrinho de Napoleão I, presidente da Segunda República (1848-1851), imperador francês (1852-1870).
- ³² Bruto (Brutus, Marcus Juius) (cerca de 85 a. . e.-42 a. . e.): político romano, chefe da conspiração contra Júlio César.
- ³³ Gracos (irmãos) Tibério Semprônio (163 a. . e.-133 a. . e.) e Gaio Semprônio (153 a. . e.-121 a. . e.): tribunos populares da Roma Antiga, lutaram pela aplicação de leis agrárias o interesse do campesinato.
- ³⁴ Públicola (Publius Valeri Publicola) (m. 503 a. . e.): estadista semilendário da República de Roma.
- ³⁵ César (Caius Julius Caesar) (cerca de 100 a. . e.): chefe militar e estadista romano.
- ³⁶ Say, Jea Baptiste (1767-1832): economista francês, representante da economia política vulgar.
- ³⁷ Cousi, Victor (1792-1867): filósofo francês, eclético.
- ³⁸ Royer-Collard, Pierre Paul (1763-1845): filósofo e político francês, monárquico.
- ³⁹ Costat, Bejami (1167-1830): escritor e político liberal francês.
- ⁴⁰ Guizot, Fraçois Pierre Guillaume (1787-1874): historiador e estadista francês, entre 1840 e 1848 dirigiu de facto a política itera e extera da França .
- ⁴¹ Luís XVIII (1755-1824): rei de França (1814-1815 e 1815-1824).
- ⁴² Cromwell, Oliver (1599-1658): chefe da burguesia e da nobreza emburguesada durante a revolução burguesa inglesa do século XVII; desde 1653 Lorde Protector da Inglaterra, Escócia e Irlanda.
- ⁴³ Locke, John (1632-1704): filósofo dualista inglês, sensualista.
- ⁴⁴ Habacuc: profeta bíblico.
- ⁴⁵ Marrast, Armad (1801-1852): publicista francês, um dos dirigentes dos republicanos burgueses moderados, redactor do jornal *Le National*; em 1848 foi membro do Governo provisório e presidente da Câmara de Paris, presidente da Assembleia Constituinte (1848-1849).
- ⁴⁶ Em francês o texto: o republicano de luvas amarelas (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁴⁷ Bailly, Jea Sylvai (1736-1793): personalidade da revolução burguesa francesa de fins do século XVIII, um dos dirigentes da burguesia Constitucional liberal.
- ⁴⁸ Bedlam: maicómio de Lodres.
- ⁴⁹ Em 10 de Dezembro de 1848 Luís Bonaparte foi eleito presidente da República Francesa por sufrágio universal.
- ⁵⁰ A expressão "suspirar pelas paelas de care do Egipto" procede de uma lenda bíblica: durante o êxodo dos judeus do cativoiro egípcio, os mais pusilâimes dentre eles, sob a influência das dificuldades da viagem e da fome, começaram a suspirar pelos dias passados o cativoiro, onde pelos menos tinham comida.
- ⁵¹ Jogo de palavras com as expressões francesas *coup de mai* (aquí: golpe de mão) e *coup de tête* (sentidos mais frequentes: acção subtil, irreflectida, coisa que ão passa pela cabeça). (ota da edição portuguesa das Edições Avante)
- ⁵² Jogo de palavras com as expressões francesas *coup de mai* (aquí: golpe de mão) e *coup de tête* (sentidos mais frequentes: acção subtil, irreflectida, coisa que ão passa pela cabeça). (ota da edição portuguesa das Edições Avante)
- ⁵³ *Hic Rhodus, hic salta!* (Aqui está Rondes, salta aqui!): expressão de uma fábula de [Esopo](#) sobre um farrão que, ivocado testemuhas, afirmava que uma vez, em Rondes, cosegunira dar um salto eorme. Os que o escutavam responderam-lhe:"Para que é preciso testemuhas? Aqui está Rondes, salta aqui!" o sentido figurado significa: aqui é que está o essencial, aqui é que é preciso demonstrar. Aqui está a rosa, daça aqui!: paráfrase da citação precedete (Rodoz em grego é o nome da ilha e, simultaneamente, significa "rosa") apresentada por [Hegel](#) o prefácio ao livro *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*.
- ⁵⁴ Segundo a Constituição francesa de 1848, as eleições do ovo presidente deviam realizar-se de quatro em quatro aos, o segundo domingo do mês de Maio. Em Maio de 1852 terminavam as fuções presidenciais de Luís Bonaparte.
- ⁵⁵ *Quilistas* (do grego "khilias", mil): pregadores da doutrina místico-religiosa da Segunda vida de Cristo e do estabelecimento a Terra do "reino milenário" da justiça, da igualdade e do bem-estar.
- ⁵⁶ Em italiano o texto: o peito, isto é, o ítimo. (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁵⁷ *I partibus infidelium* (literalmente: o país dos infelizes): adição ao título dos bispos católicos designados para cargos puramente omiais em países ão cristãos. Esta expressão encontra -se frequentemente em Marx e Engels aplicada a diferentes governos emigrados, formados o estrangeiro sem ter minimamente em cota a situação real do país.
- ⁵⁸ *Capitólio*: colina de Roma que é uma cidadela fortificada onde foram construídos os templos de [Júpiter](#), Juo e outros. Segundo a tradição, o ao 390 antes da nossa era, durante a invasão dos gauleses, Roma salvou-se unicamente graças aos gritos dos gasos do templo de Juo, que despertaram a guarda adormecida do Capitólio.
- ⁵⁹ Trata-se dos chamados "africanistas" ou "argelios", que eram os nomes dados em França aos geerais e oficiais que faziam a sua carreira militar as guerras colóias contra as tribos argelias que lutavam pela independência. a Assembleia Nacional Legislativa os geerais africanistas [Cavaignac](#), [Lamoriciere](#) e [Bedeau](#) encabeçavam a minoria republicana.
- ⁶⁰ Em francês o texto: liberdade, igualdade, fraternidade. (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁶¹ Goethe, Fausto, parte I (Gabieta de Estudo), expressão de Mefistófeles
- ⁶² Luís Filipe (1773-1850): duque de Orleães, rei de França (1830 -1848).

- ⁶³ Guarda Nacional: milícia voluntária civil armada, com comandos eleitos, que existiu em França e em alguns outros Estados da Europa ocidental. Foi criada pela primeira vez em França em 1789, o início da revolução burguesa; existiu com intervalos até 1871. Em 1870-1871, a Guarda Nacional de Paris, para a qual entraram, as condições da guerra franco-prussiana, amplas massas democratas, desempenhou um grande papel revolucionário. Criado em Fevereiro de 1871, o Comité Central da Guarda Nacional encabeçou a insurreição proletária de 18 de Março de 1871 e o período inicial da Comuna de Paris de 1871 exerceu (até 28 de Março) as funções de primeiro governo proletário da história. Depois do esmagamento da Comuna de Paris a Guarda Nacional foi dissolvida.
- ⁶⁴ Monarquia de Julho: reinado de Luís Filipe (1830-1848), que recebeu a sua designação da revolução de Julho.
- ⁶⁵ Em 15 de Maio de 1848, durante uma manifestação popular, os operários e artesãos de Paris penetraram a sala de sessões da Assembleia Constituinte, declararam-na dissolvida e formaram um governo revolucionário. Entretanto, os manifestantes foram rapidamente dispersos pela Guarda Nacional e pela tropa. Os dirigentes dos operários (Blaqui, Barbes, Albert, [Raspail](#), Sobrier e outros) foram presos.
- ⁶⁶ Blaqui, Louis Auguste (1805-1881): revolucionário francês, comuista utópico, durante a revolução de 1848 pertenceu à extrema-esquerda do movimento proletário e democrático em França; foi repetidas vezes condeado a penas de prisão.
- ⁶⁷ Insurreição de Junho: heróica insurreição dos operários de Paris em 23-26 de Junho de 1848, esmagada com excepcional crueldade pela burguesia francesa. Esta insurreição foi a primeira grande guerra civil da história entre o proletariado e a burguesia.
- ⁶⁸ Ver Obras Escolhidas de K. Marx e F. Engels em três tomos, Edições <<Avante!>> - Edições Progresso, Lisboa - Moscovo, 1982, t. 1, pp. 224-225. (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁶⁹ Segundo a afirmação do historiador romano Eusébio de Cesareia, o ano de 312, a véspera da vitória sobre Maxêncio, o imperador [Constantino I](#) teria visto o céu uma cruz com a seguinte inscrição: "Por este sinal vencerás."
- ⁷⁰ Alusão à pitonisa, sacerdotisa e profetisa do templo de Apolo em Delfos, que anunciava as suas profecias sentada numa trípode junto do templo.
- ⁷¹ Krapüliski: herói do poema de [Heic](#) Dois Cavaleiros, tipo de obreiro polaco arruado; o nome de Krapüliski procede da palavra francesa *crapule*: gula, bebedeira, e também vagabundo, miserável. Aqui, ao falar em Krapüliski, Marx refere-se a Luís Bonaparte.
- ⁷² (1773-1850): Duque de Orleães, rei de França (1830-1848). Prouciou-se a favor da revolução, entrou a Guarda Nacional e aderiu ao Clube dos **Jacobinos**. Seu reinado representa a dominação acetuada da grande burguesia e, em particular, da alta finança. Após a revolução de fevereiro de 1848, refugiou-se a Inglaterra.
- ⁷³ *Le National* (O Nacional): jornal francês que se publicou em Paris de 1830 a 1851; órgão dos republicanos burgueses moderados. Os mais destacados representantes desta corrente do Governo Provisório eram [Marrast](#), [Bastide](#) e Garier-Pages.
- ⁷⁴ Trata-se do editorial do *Journal des débats*, de 28 de Agosto de 1848. (retornar ao texto)
- Journal des débats politiques et littéraires* (*Jornal dos Debates Políticos e Literários*): jornal burguês francês fundado em Paris em 1789. Durante a monarquia de Julho foi um jornal governamental, órgão da burguesia orleanista. Durante a revolução de 1848 o jornal exprimia as opiniões da burguesia contra-revolucionária, o chamado "partido da ordem".
- ⁷⁵ Tratados de Viena: tratados concluídos em Viena em Maio e Junho de 1815 entre os Estados participantes as guerras napoleónicas. O Congresso de Viena de 1814-1815 a Áustria, a Inglaterra e a Rússia tsarista, que chefiavam a reacção europeia, retalharam o mapa da Europa com o objectivo de restaurar as monarquias legítimas, contra os interesses da unificação Nacional e da independência dos povos.
- ⁷⁶ Aqui o sentido de dominação imperial. (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁷⁷ Napoleão III (Luís Napoleão Bonaparte) (1808-1873): sobrinho de Napoleão I, presidente da Segunda República (1848-1851), imperador francês (1852-1870).
- ⁷⁸ Aqui o sentido de dominação imperial. (ota da edição portuguesa das Edições Avante).
- ⁷⁹ Cavaignac, Louis Eugée (1802-1857): general e político francês, republicano modernado; a partir de Maio de 1848 foi ministro da Guerra, e esmagou com extrema crueldade a insurreição de Junho dos operários de Paris; chefe do poder executivo em Junho-Dezembro de 1848.
- ⁸⁰ Aquiles: segundo a mitologia grega, o mais valente dos heróis gregos que participaram o cerco de Tróia; um dos principais heróis da *Iliada* de Homero.
- ⁸¹ Irmão, morrer é preciso! (ota não ativada a edição MIA. Conforme Edição Boitempo. MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 44).
- ⁸² Tétis: segundo a mitologia grega, deusa do mar, mãe de Aquiles, que o avisou de que não fosse o primeiro a desembarcar a costa perto de Tróia (ao primeiro esperava-o a morte).
- ⁸³ Berard: Coronel francês, chefiou as comissões militares que castigaram os participantes a insurreição de Junho de 1848 em Paris; depois do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, um dos organizadores das perseguições judiciais contra os republicanos antibonapartistas.
- ⁸⁴ Partidários da dinastia «legítima» dos Bourbons, derrubada em 1830, que representava os interesses dos detentores de grandes propriedades fundiárias hereditárias. a luta contra a dinastia real dos Orleães (1830-1848), que se apoiava a aristocracia financeira e a grande burguesia, uma parte dos legitimistas recorria frequentemente à demagogia liberal, apresentado-se como defensores dos trabalhadores contra os exploradores burgueses.
- ⁸⁵ Odilon Barrot (1791-1873): Político burguês francês, chefe da oposição dinástica (esquerda modernada) liberal até Fevereiro de 1848; entre Dezembro de 1848 e Outubro de 1849 chefiou o governo que se apoiava o partido da ordem. Presidente do

primeiro ministério nomeado pelo príncipe-presidente Luís Bonaparte (20/12/1848 a 1/11/1849) e ministro da Justiça, pôs em prática uma política reacionária, restringido a liberdade de imprensa e a de reunião, fechando clubes e impondo a expedição a Roma a fim de proteger os domínios papais contra o movimento unificador. Reomado por suas opiniões monarquistas, separou-se em seguida do príncipe-presidente e retirou-se da política após o golpe de Estado e até a queda do Império.

- ⁸⁶ Râteau, Jea Pierre (1800-1887): advogado francês, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa, bonapartista.
- ⁸⁷ Chagarier, Nicolas Ae Théodule (1793-1877): general e político francês, monárquico; a partir de Junho de 1848 comandou a guarnição e a Guarda Nacional de Paris, participou a repressão contra a manifestação de 13 de Junho de 1849 em Paris.
- ⁸⁸ Calígula (12-41): imperador romano (37-41).
- ⁸⁹ Oudinot, Nicolas Charles Victor (1791-1863): general francês, orleanista; em 1849 comandou as tropas enviadas contra a República de Roma; tentou organizar a resistência contra o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.
- ⁹⁰ Le Flô, Adolphe Emmauel Charles (1804-1887): general e político francês; representante do partido da ordem: durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa.
- ⁹¹ Thiers, Adolphe (1797-1817): historiador e estadista francês, deputado a Assembleia Legislativa (1849-1851), orleanista; presidente da República (1871 - 1873), carrasco da Comuna de Paris.
- ⁹² Saint-Araud, Armand Jacques Achille Leroy de (1801-1854): marechal francês, bonapartista; um dos organizadores do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, ministro da Guerra (1851-1854).
- ⁹³ Armand Marrast (1801-1852): Publicista francês, um dos dirigentes dos republicanos burgueses moderados, redactor do jornal *Le National* (jornal dos republicanos burgueses); em 1848 foi membro do Governo provisório e presidente da Câmara de Paris, presidente da Assembleia Constituinte (1848-1849).